

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALUNO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Ana Paula de Oliveira Rocha
anapaularocha.25.apr@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/1497468076236416>

RESUMO

Pode-se considerar que a instituição escolar se torna responsável pela formação dos alunos, e é inquestionável que para o desenvolvimento do aluno e seu bom relacionamento em sala de aula, dependa das relações que ele estabelece dentro e fora da escola. Sendo assim, este estudo tem a finalidade de compreender a necessidade do trabalho do/a professor/a especialista na educação inclusiva, bem como, as técnicas utilizadas para favorecer o desenvolvimento da aprendizagem do indivíduo que apresenta dificuldade. Frente a isto, tem-se como objetivo compreender as contribuições sobre as ações que o/a profissional exerce para a funcionalidade da escola e para a educação inclusiva. Portanto, compreender o papel do/a especialista e a importância sobre o entorno da atuação deste/a profissional e sua relação com o/a aluno/a, com a educação especial e inclusiva, e a comunidade escolar. Neste sentido, espera-se através deste estudo, desenvolver uma análise sobre as relações da família e da escola e o papel que o/a professor/a tem em articular essas ações, contribuindo para a diminuição dessa distância entre os educadores/as e os familiares. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, em que os objetivos tiveram o propósito de promover para os/as profissionais da educação que estão cada vez mais preocupados/as com o alto índice do fracasso escolar. Nos atemos as ações que a educação inclusiva oportuniza dentro da instituição escolar, onde não só beneficiará o/a profissional, mas também o/a aluno/a neste processo de aprendizagem.

Palavras-chave: Contexto Escolar Inclusivo, Dificuldades de Aprendizagem, Práticas Pedagógicas Lúdicas.

1 INTRODUÇÃO

A escola, desde a sua criação, tem um papel fundamental na sociedade, um dos seus principais objetivos é ensinar alunos/as e prepará-los para viver como cidadãos em

sociedade. Ao longo dos tempos a escola brasileira foi agregando diversos “modelos” de ensino, vindos também de diversas partes do mundo, sendo que, após sua recente construção e reformas, chegamos aos dias de hoje. Para nós, que fazemos parte da Instituição de Ensino, vivenciamos uma triste realidade cotidiana em nossas classes e nos ambientes escolares, ou seja, o declínio intelectual de nossos alunos e o baixo desempenho em suas aprendizagens.

A essência da discussão sobre inclusão perpassa a noção de igualdade e é praticamente indissociável da ideia de direitos. O maior acesso à educação tem significado uma maior diversidade de alunos/as na escola, porém, os sistemas educacionais seguem oferecendo respostas homogêneas, que não satisfazem às diferentes necessidades e situações de nossos alunos. É nesta perspectiva que se destaca a importância de estudos sobre a escola inclusiva enquanto contexto de desenvolvimento significativo não apenas para alunos em situação de deficiência, mas também para alunos não classificados desta maneira, pela possibilidade da convivência com a diversidade e do estímulo à cidadania.

A inclusão não significa apenas possibilitar a inserção de um/a aluno/a deficiente na sociedade, na escola, mas dar-lhes suportes, condições para que se desenvolvam e aprendam como qualquer outra pessoa, além de buscar ferramentas, como o lúdico, dentro deste importante processo de desenvolvimento e construção valorizada e significativa do conhecimento.

2 DESENVOLVIMENTO

Este trabalho versará sobre questões da exclusão de pessoas em situação de deficiência, inserindo neste contexto o lúdico, como ferramenta que oportuniza e propicia o desenvolvimento do/a aluno/a da educação inclusiva. Também serão abordados os conceitos de integração e inclusão de acordo com o princípio de normalização e suas diferenças. Entender as necessidades dos portadores de deficiência é o primeiro passo para a inclusão. Enfatiza-se a inclusão social fundamentada nos Direitos Humanos da

Constituição Federal, onde a educação é assegurada como direito e dever do Estado, juntamente com a sociedade civil, visando pleno desenvolvimento da pessoa, com qualificação para o trabalho, e inclusão escolar baseada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/96. O estudo objetiva demonstrar um pouco da realidade da Educação Inclusiva, fazendo considerações sobre o sistema atual e o papel do/a professor/a que busca sua qualificação na condição de especialista dentro da Educação Especial, favorecendo este processo de ensinar e aprender.

Para compreender o papel do/a professor/a dentro do ambiente escolar e sua prática educacional como parceiro/a no processo de aprendizagem dos/as alunos/as que apresentam dificuldades, precisamos primeiramente considerar que, a pedagogia, bem como o entorno sobre as necessidades que envolvem alunos da educação inclusiva é uma área de conhecimento interdisciplinar, ou seja, tem como objetivo de estudo fazer-se a compreensão dos diversos conteúdos oportunizados, focando assim, o desenvolvimento dos/as estudantes. Sendo assim, a função docente é potencializar e atender as necessidades do/a estudante que apresenta dificuldades em seu processo de aprendizagem. Compreendermos que, a atuação do/a professor/a demanda ramificações e pode se difundir em caráter preventivo, clínico, terapêutico ou de treinamento, o que amplia sua importância dentro e fora do ambiente escolar. Podemos então refletir sobre a atual dinâmica do processo ensino-aprendizagem como uma tarefa que deve fazer parte do planejamento diário de todos os/as professores/as que estão envolvidos no conjunto de indagações sobre a prática metodológica relativa ao futuro do sistema de ensino educacional em nosso país.

A partir do crescente índice de fracasso escolar, bem como todos os fatores que contribuem para as dificuldades da funcionalidade na formação dos/as alunos/as enquanto sujeitos pensantes, críticos, indagadores e conscientes do seu papel em sociedade, levantamos a seguinte questão: como mudar a realidade sobre as condições precárias em que formamos nossos/as alunos/as? O curso de educação especial e inclusão não garante que profissionais irão mudar totalmente essa realidade, no entanto, não podemos perder a perspectiva sobre a importância do nosso papel perante a qualidade da aprendizagem de

nossos/as estudantes. Sabe-se que, quando o processo de aprendizagem ocorre de forma linear e contextualizada, o/a estudante possui a aquisição de seus conhecimentos de maneira consciente e prazerosa. Quando a aprendizagem se baseia no afeto e na segurança de que é capaz de aprender, o rendimento será cada vez maior. Porém, a realidade pode ser de que alguns, em seu processo de ensino aprendizagem, se deparem com dificuldades de rendimento como: lentidão ao realizar tarefas, queda de desempenho escolar, notas baixas, falta de interesse e repetência. Para isto, abordamos a importância que o lúdico tem nas questões relacionadas a dificuldades de aprendizagem, como enfoque da pesquisa, podendo contribuir de forma relevante para o êxito no aprendizado dos/as alunos/as da Educação Inclusiva.

Devemos considerar que o trabalho do/a especialista é relevante, no sentido que direcionará de forma significativa a escola e o/a aluno/a para que haja aprendizagem. Neste contexto que inserimos a função do/a especialista em Educação Especial e Inclusão, dentro da instituição escolar. Sua prática educacional como processo de aprendizagem, estrutura-se principalmente para a obtenção de resultados significativos quanto aos distúrbios de aprendizagem. Dessa forma, compreender o processo de ensino e aprendizagem dos/as alunos/as que necessitam de sua intervenção será uma maneira de contribuir para que esse processo ocorra da forma mais adequada. O entendimento do papel deste/a especialista, no atendimento às dificuldades de aprendizagem, que vivenciamos no espaço escolar e sobre o trabalho pedagógico do/a professor/a, torna-se um grande passo para a conquista da melhoria do desenvolvimento da aprendizagem tanto para o/a aluno/a, como para os anseios familiares, que refletem angústias diante das dificuldades dos/as estudantes ao acompanhar o processo de aprender. Assim, notamos que a intervenção do/a profissional da educação especial e inclusiva auxilia no envolvimento e foco do/a aluno/a para o aprendizado, como reflete as relações que ocorrem nos espaços escolares e dentro do próprio ambiente doméstico. Neste ponto, a criança que recebe o acompanhamento começa a desenvolver suas relações nos diversos meios que estão inseridos, como o que cabe a cada um deles: na escola, nos estudos, ao realizarem suas atividades, e em sociedade, aplicando sua visão de conhecimento no mundo, e assim, tornando-se parte dele.

Compreendemos que não basta apenas constatar que os problemas de aprendizagem são presença constante em sala de aula. Sanar essa problemática requer comprometimento com as dificuldades que os/as aluno/as possuem, e mais do que isso, respeitá-los para que se sintam seguros para caminhar e se interessarem em progredir.

2.1 O PAPEL DO LÚDICO PARA A EDUCAÇÃO E SUA INCLUSÃO

Em nossa experiência de vida, compreendemos a necessidade e a importância de se sentir motivado e impulsionado na realização de qualquer atividade para o próprio ganho de conhecimento, pois:

Brincando, a criança vai construindo os alicerces da compreensão e utilização de sistemas simbólicos como a escrita, assim como da capacidade e habilidade em perceber, criar, manter e desenvolver laços de afeto e confiança no outro. Esse processo tem início desde o nascimento, com o bebê aprendendo a brincar com a própria mãozinha e, mais adiante, com a mãe. Assim como aos poucos vai coordenando, agilizando e dotando seus gestos de intenção e precisão progressivas, vai aprendendo a interagir com os outros, inclusive com seus pares, crescendo em autonomia e sociabilidade (OLIVEIRA, 2002, p.71).

Neste sentido, considera-se o ambiente escolar, como o espaço em que, através das atividades lúdicas, convém oportunizar e favorecer as descobertas, os interesses, a curiosidade e entusiasmo, pois certamente este é o objetivo de todos os/as professores/as. Cunha (1998, p. 39), destaca que o brincar é “[...] essencial à saúde física, emocional e intelectual do ser humano. Brincar é coisa séria [...]”. Assim, destacamos que a brincadeira é uma necessidade básica, como a saúde, a nutrição. A educação também precisa ser respeitada. De acordo com o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (BRASIL, 1998, p. 27, v.01):

O principal indicador da brincadeira, entre as crianças, é o papel que assumem enquanto brincam. Ao adotar outros papéis na brincadeira, as crianças agem frente à realidade de maneira não literal, transferindo e

substituindo suas ações cotidianas pelas ações e características do papel assumido, utilizando-se de objetos substitutos.

Quando nos permitimos povoar esse universo da criança, observamos que é através dele, que se estabelecem vínculos afetivos, fortalecendo a autoestima, para que se desenvolva uma imagem positiva de si. Desta forma, expressam sentimentos, emoções, pensamentos, interação, exploram e transformam o meio. O lúdico poderá desenvolver no/a aluno/a, o gosto pelo aprender, desenvolvendo de modo prazeroso os valores e significados para si e para o grupo ao qual está inserido. O processo de aquisição da aprendizagem fundamenta-se na relação com o mundo em que vive e o que o cerca, o/a estudante que possui em seu ambiente escolar atividades lúdicas, aguça sua curiosidade, construindo seu conhecimento de modo mais eficaz, consciente e valorizando a si mesmo/a e ao outro.

No brincar a criança está sempre acima de sua idade média, acima de seu comportamento diário. Assim na brincadeira de faz-de-conta as crianças manifestam certas habilidades que não seriam esperadas para sua idade. Nesse sentido, a aprendizagem desperta vários processos internos de desenvolvimento. Deste ponto de vista, aprendizagem não é desenvolvimento, entretanto o aprendizado adequadamente resulta em desenvolvimento e põe em movimento vários processos que de outra forma seriam impossíveis de acontecer. (Vygotsky, 2000, p,132)

Nessa linha de pensamento, dá-se ênfase em fazer do/a aluno/a, sujeitos pensantes e pesquisadores. Neste contexto, a rotina escolar, tem como objetivo o aprender a pensar e a interação através do pensamento. Assim, o contato com atividades lúdicas, pode desenvolver o gosto pela descoberta do novo, compreendendo e respeitando não somente seu próprio ser, mas também os indivíduos que convive, sabendo que a sociedade necessita de pessoas que globalizem seus valores aos quais estão embutidos nas regras do bem viver. Desta forma, cabe aos professores criar oportunidades em que a alegria exerça de forma fundamental um importante papel no desenvolvimento intelectual de nossos/as alunos/as, se preocupando em aplicá-la de forma contextualizada e adequada

ao ambiente em que se esteja trabalhando e ao conteúdo planejado e proposto. Para isto, destaca-se a importância de um ambiente escolar estruturado, de forma a oportunizar a todos/as o contato com materiais didáticos e jogos, por serem fontes riquíssimas para o desenvolvimento cognitivo, afetivo e motor. Ou seja, destaca-se que a estrutura lúdica deverá ser acreditada e valorizada pela escola, fornecendo ao estudante uma visão holística ao ato de experimentar, criar, fazer e refazer, utilizando de forma concreta e significativa os conceitos, para sua construção e aquisição dos conhecimentos.

Diante disso, os conceitos que a criança constrói e cria, são representações, dando a exata condição para que outras atividades e disciplinas sejam trabalhadas, aumentando ainda mais a ação educativa e seu ganho de aprendizagem. Verifica-se que aprendizagem significativa se dá em função da motivação de uma aula que estimule o/a estudante a criar, a pensar, a formular hipóteses, favorecendo situações problemas e possibilitando sua resolução, o que proporcionará o seu prazer em aprender e a valorizar ao seu aprendizado, pois o mesmo acontecerá de forma significativa para si. Ressaltamos o que estabelece a Constituição Federal de 1988, que nos relata em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1998, p.1).

Neste sentido, o lúdico se torna fundamental para todos/as e seu acesso deve ser priorizado para contemplar o benefício do seu desenvolvimento, contemplando o/a aluno/a da Educação Especial e Inclusiva. Destes resultados, podemos observar que o/a estudante vivencia essas experiências em sala de aula, que certamente sua aprendizagem nos trará questões que inevitavelmente nos preocupam. Enquanto professores, estaremos envolvidos na alfabetização lúdica, seremos levados a refletir sobre em quais recursos e em que aulas os jogos podem ser utilizados, e quais as contribuições para que a aprendizagem seja benéfica para a construção do conhecimento. Segundo Piaget (1994),

o conhecimento implica uma série de estruturas construídas progressivamente através de contínua interação entre o sujeito, o meio físico e o social. Portanto, o ambiente escolar deve ser estimulante e favorecer essa interação, e para isso, deve o projeto político pedagógico da escola estar fundamentado numa proposta de trabalho que tenha como característica: processos dinâmicos subjacentes à construção das estruturas cognitivas.

Sabe-se que algumas escolas não valorizam o lúdico, associando-o a um brincar sem objetivos, que o brincar por brincar não é uma atividade produtiva, pois não gera e nem produz valores necessários à compreensão que o aluno deve ter sobre a sociedade, e o que ela exige para se viver nela. Mas, em contrapartida, o brincar significativo contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo. Diante dos acessos ao conhecimento sobre o lúdico, foram encadeadas questões que nortearam esta pesquisa. Primeiramente, quem é o nosso/a aluno/a? Surge então a necessidade de conhecer esse/a aluno/a, saber sobre sua vivência, bagagem de vida e de conhecimento, suas necessidades referentes à inclusão.

Compreende-se sobre o jogo, ser possível favorecer o avanço do estágio cognitivo do indivíduo. Quando insiro o jogo no ambiente de sala de aula, este propiciará a socialização do/a estudante, a troca de ideias, de experiências. Assim, o objetivo maior ao trabalhar os jogos será desenvolver suas habilidades e conceitos de conteúdos que este ato lúdico poderá oportunizar na aprendizagem e aquisição de conhecimento, tornando-se, assim, um sujeito conhecedor e atuante no meio em que vive. Verifica-se que o/a aluno/a deve ser visto e analisado com toda sua bagagem adquirida no ambiente a qual pertence e que ao entrar na escola o/a professor/a não deve esquecer de toda aprendizagem que antecede o espaço escolar. Sendo assim, cabe ao professor adequar em sua metodologia, formas de garantir, mediante o lúdico, o prazer em aprender, pois este é um caminho que toda criança ao brincar trilhará, em direção a um adulto com conhecimento e felicidade.

2.2 A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO PARA O DESENVOLVIMENTO DA APRENDIZAGEM

O jogo e a brincadeira estimulam o raciocínio e a imaginação, permitindo, que o indivíduo explore diferentes comportamentos, situações, capacidades e limites. Faz-se

necessário, então, buscar formas de oportunizar jogos e brincadeiras para que esses momentos tenham finalidades e objetivos voltados ao desenvolvimento do/a aluno/a.

O indivíduo tende a um equilíbrio, que está relacionado a um comportamento adaptativo em relação à natureza, que por sua vez sugere um sujeito de características biológicas inegáveis, as quais são fonte de construção da inteligência. O desenvolvimento é caracterizado por um processo de sucessivas equilibrações. O desenvolvimento psíquico começa quando nascemos e segue até a maturidade, sendo comparável ao crescimento orgânico: com este, orienta-se, essencialmente, para o equilíbrio (PIAGET, 1974, p.13).

O brincar oportuniza descobertas que possibilitam o aprendizado. Quando o/a professor/a possui conhecimentos e utiliza atividades lúdicas como fonte de desenvolvimento ao conhecimento do/a aluno/a, irá ampliar as informações referentes a situações que são inerentes à própria criança. Portanto, este estudo possibilitou a compreensão acerca do que as habilidades lúdicas podem proporcionar aos estudantes da Educação Inclusiva, proporcionando, através delas, o enfrentamento de situações que o mundo coloca. Assim, será possível interagir e transformar o seu meio por instrumentos como a brincadeira, possibilitando uma melhor compreensão.

É imprescindível que o/a professor/a busque em sua formação os conhecimentos referentes à aprendizagem lúdica, pois desta forma estará encontrando o melhor caminho para orientar os/as estudantes e lhes proporcionar momentos prazerosos em sua aprendizagem. Cabe não somente aos professores, mas a todos/as os/as profissionais e gestores/as que compõem a instituição escolar, oportunizarem espaços lúdicos, por contribuírem com o desenvolvimento dos/as estudantes, para que possam construir seus conhecimentos, expressar seus sentimentos, emoções e entender o mundo ao redor. Dessa forma, o desenvolvimento lúdico e o ato de brincar podem ser recursos e ferramentas para estimular crianças a aprenderem mais ou sanar algumas dificuldades em sua aprendizagem. Não se esquecendo de avaliar a criança em seu aspecto global, uma vez que todos estão interligados e exercem influências uns para com os outros.

Frente a isto, percebe-se claramente a importância sobre o brincar, onde o indivíduo interage de forma a experimentar, analisar, comparar, atribuindo conceitos a partir do criar e recriar de novas brincadeiras. Quando se brinca, entra-se em contato com o conhecimento, transformando-o sem o medo de ser rotulado ou repreendido, o que já se torna mais difícil com o amadurecimento, pois se desenvolve o medo de arriscar. Esse momento de brincar faz a criança se descobrir como um ser integrante no espaço e agir sobre ele, por isso deve-se oportunizar, independentemente da idade. Faz-se necessário repensar, por parte de nós educadores/as, a nossa postura frente às práticas educacionais dos/as alunos/as. Precisamos de profissionais que se identifiquem com todas as características do indivíduo em si, compreendendo-o como um ser atuante em seu meio, inteligente e capaz de construir seus próprios conhecimentos.

Pensar em educar é pensar em práticas educacionais que visam atitudes em prol do aprendizado, possibilitando à criança experimentar, criar e ser autônoma em seu processo de construção do conhecimento. Portanto, para que isso tenha funcionalidade dentro da Educação, deve-se ter em todo momento de planejamento o compromisso com a utilização de jogos e brincadeiras como recursos lúdicos fundamentais para o seu movimento de descobertas e reconhecimento de si no espaço e no mundo.

CONCLUSÃO

O presente estudo apresentou uma breve abordagem sobre a importância do especialista em Educação Especial e Inclusiva e sua função junto ao trabalho do/a professor/a nos atendimentos aos estudantes dentro dos espaços escolares. Os estudos e observações nesta pesquisa reforçam a compreensão sobre a importância que este profissional possui na escola, promovendo um atendimento além do convencional, possibilitando a interpretação sobre os motivos, causas e auxílio na resolução dos problemas enfrentados dentro do processo de ensino e aprendizagem do/a aluno/a que apresenta dificuldades de aprendizagem. É de suma importância que a instituição escolar

desenvolva uma visão abrangente frente aos desafios que compõem o seu dia a dia, ou seja, além dos objetivos da escola que é fazer com que seus alunos aprendam conteúdos e se tornem pessoas aptas para trabalhar e viver em sociedade de forma equilibrada, deve simultaneamente estar reconhecendo seus desafios e as possíveis ações negativas que os envolvem, que muitas vezes perpetuam para toda a vida.

O respeito ao estudante, sendo um ser único e com potencialidades e capacidades únicas, e também com suas limitações e individualidades. Por outro lado, lutamos por nossa melhor capacitação e reconhecemos que ainda temos muito a aprender. Assim, lidaremos de forma mais adequada com nossas crianças, reconhecendo os diferentes processos de aprendizagem. Portanto, incluir não é somente inserir o indivíduo junto aos demais, mas buscar formas de fazê-lo sentir-se parte do grupo, as diferenças fazem parte da condição humana e não os classifica em melhores ou piores, apenas nos mostra que vivemos em um mundo de diversidades, onde cada indivíduo possui um valor único.

Portanto, é fundamental a nossa prontidão para a mudança necessária, dentro de nossas casas, famílias e reconhecermos os reflexos que irão refletir em sociedade, pois, muitos problemas iniciam dentro dos próprios lares, e como consequência, são absorvidos pelas crianças. Por isto, é tão necessária a junção família e escola, pois com a participação da família e o apoio da escola podemos auxiliar na construção de cidadãos/ãs que saibam enxergar o próximo e assim respeitá-lo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

BRASÍLIA. Ministério Público Federal. **O Acesso de Alunos com Deficiência as Escola e Classes Comuns da Rede Regular**. 2. Ed. red. e atual, 2004.

CUNHA, M. V. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

ERIKSON, E. **Brinquedo e razões**. In: ---. **Infância e sociedade**. 2. ed. Rio de Janeiro.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei nº. 8.069/90, de 13 de julho de 1990.

_____, Jean. **Seis estudos de Psicologia**. 21ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____, J. **A Psicologia da Criança**. São Paulo: Difel, 1974.

_____. L. S. **A formação social da mente**. Martins fontes: 1984.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília-DF, 23 dez. 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília, 1998. V. 2.

Oliveira, V. B. de org (org). **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**, 4 ed. Petrópolis Nozes, 2002.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral da Criança**. São Paulo, Summus, 1994. (Tradução: Elzon Lenardon).

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1989.

SOBRE A AUTORA:

Possui Graduação em Pedagogia pela Universidade do Oeste Paulista. Especialista em "Avaliação do Ensino e Aprendizagem" Universidade do Oeste Paulista, em "Psicopedagogia Institucional" Universidade do Oeste Paulista, em "Educação Especial e Inclusiva" Universidade Norte do Paraná, em "Deficiência Intelectual" Faculdade Paulista, em "Libras" Faculdade Educamais e "Autismo" Faculdade Educamais. Aperfeiçoamento Universitário "A Linguagem Musical na Educação Infantil" Universidade do Oeste Paulista, em "Ensino e Aprendizagem na Educação de Jovens e Adultos" Centro Paula Souza-Governo do Estado de São Paulo, em "Tecnologia Assistiva e Comunicação Alternativa" Faculdade Educamais, em "Transtornos Globais do Desenvolvimento" Faculdade Unimais, em "Gestão Pedagógica" Faculdade Unimais. Atualmente cursando Licenciatura em "História" pela Faculdade Educamais do grupo Unimais e aperfeiçoamento em "Educação e Tecnologia" MEC – Ministério da Educação, em "Bem - Estar no Contexto Escolar" MEC – Ministério da Educação e "Educação Conectada" MEC – Ministério da Educação. Experiência Profissional na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Educação Básica, experiência em tutoria no Ensino Superior em cursos de graduação e pós-graduação da Área de Humanas e Assistente Administrativo Mirim, ambos pela FAEL - Faculdade Educacional da Lapa-PR, experiência na Educação de Jovens e Adultos pela Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, como Professora da Educação Básica Auxiliar de Acesso na Modalidade da Educação Especial, pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Atua como Professora da Educação Básica II, na Modalidade da Educação Especial, Sala de Recursos em Deficiência Intelectual e como Professora Coordenadora da Educação Básica, Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, ambos pela Secretaria de Educação do Governo do Estado de São Paulo. Terapeuta Integrativa: Reiki "Técnica Oriental" Sistema Usui, Tibetano e Osho. Multidisciplinar.